

HOMOFOBIA E TRANSFOBIA NO COTIDIANO ESCOLAR: uma análise do plano estadual de educação do espírito santo

Daniela Braga Araújo Zamprogno¹

Maria Regina Lopes Gomes²

Resumo

Apresenta-se a síntese do Projeto de Dissertação, em andamento, que ainda será apresentado ao Programa do Mestrado Profissional em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha, possuindo como tema a violência homofóbica e transfóbica no ambiente escolar. Tal estudo foi escolhido, tendo em vista a inquietação desta pesquisadora de investigar em que medida a retirada da pauta de uma educação voltada ao debate da diversidade de gênero do Plano Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo - PEE podem estar relacionadas com fortalecimento de práticas docentes e com os currículos realizados nos cotidianos de uma escola de ensino médio com a (re) produção dos processos de constituição de violência homofóbica/transfóbica no ambiente escolar.

Palavras-chave: Escola. Violência. Homofobia.

HOMOPHOBIA AND TRANSPHOBIA IN SCHOOL EVERYDAY LIFE: AN ANALYSIS OF THE STATE PLAN OF EDUCATION IN ESPÍRITO SANTO STATE SANTO

Abstract

It presents the synthesis of the Dissertation Project in progress, which will be presented to the Professional Masters Program in Public Security of the University of Vila Velha, having as its theme the homophobic and transphobic violence in the school environment. This study was chosen in concerning of the worry this researcher to investigate to what extent the withdrawal from the agenda of an education to gender diversity debate of the Education State Plan of Espírito Santo State- PEE, may be related to strengthening teaching practices and performed curriculum in the everyday of a high school practice with the (re) production of the formation processes of homophobic violence / transphobic the school environment.

Keywords: School. Violence. Homophobia

INTRODUÇÃO

Arraigada em normas e representações culturais, a homofobia pode ser encontrada nas mais variadas instituições, inclusive no ambiente escolar. A homofobia pode ser conceituada por expressões de ódio, aversão, intransigência e manifestações violentas direcionadas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, formando a sigla LGBTTTI (DO PRADO; RIBEIRO, 2015).

¹ Mestranda em Segurança Pública. Universidade de Vila Velha. UVV. Vila Velha. ES. E-mail: danielabraga.araujo@gmail.com

² Doutora em Educação. Universidade de Vila Velha. UVV. Vila Velha. ES. E-mail: maria.gomes@uvv.br

Por meio de um processo de naturalização de um discurso hegemônico heteronormativo, instituem a repulsa contra às expressões de orientação sexual e identidade de gênero em face daqueles que não se enquadram dentro dessa ótica.

Recentemente, a questão quanto a necessidade de debater tal temática foi muito divulgada nos meios de comunicação, quando estava-se em discussão a aprovação do Plano Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo – PEE.

O Projeto de Lei do Plano Estadual de Educação – PEE (ESPÍRITO SANTO. Projeto de Lei PL n. 234, 2015), previa em suas estratégias 3.13 e 6.2 a implementação de uma educação voltada à diversidade de gênero e orientação sexual, conforme podemos aferir abaixo:

3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito (racial, classe social, **orientação sexual, gênero**, etc.) ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão; (Grifo nossos)

[...]

6.2) criar estratégias curriculares que atendam a uma educação de formação integral, com conteúdos e práticas que respondam às exigências do momento histórico e das demandas do futuro, atendendo ainda demandas como educação em direitos humanos, respeito às diferenças (classe social, **orientação sexual, gênero** e etnia racial); (Grifo nossos)

Ocorre que, quando o referido Projeto de Lei foi encaminhado para votação na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, as referidas expressões “gênero” e “orientação sexual” foram retiradas, e posteriormente promulgou-se a Lei nº 10.382, de 24 de junho de 2015 (ESPÍRITO SANTO, 2015):

3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

[...]

6.2) criar estratégias curriculares que atendam a uma educação de formação integral, com conteúdos e práticas que respondam às exigências do momento histórico e das demandas do futuro, atendendo ainda demandas como educação em direitos humanos e respeito às diferenças;

Insta frisar, que o PEE seguiu a mesma tendência do Plano Nacional de Educação, pois no projeto federal também foi decidido por manter-se silente as expressões acima referenciadas.

Assim, percebe-se que a legislação é muito recente, sendo de suma importância o estudo dos impactos da supressão das expressões “gênero” e “orientação sexual” podem causar nos cotidianos escolares.

Considerando que a escola é um dos ambientes propícios para combater os discursos e práticas pedagógicas heteronormativas, pretendo assim, com esse projeto que encontra-se em andamento, compreender e problematizar os processos de constituição de violências homofóbica/transfóbica na Escola Estadual Maria Ortiz, localizada no Município de Vitória, em articulação com os Projetos Nacional e Estadual de Educação, a partir da filosofia da diferença, como uma possibilidade de contribuir com proposições curriculares que rompam com a lógica imposta da heteronormatividade.

A Rede Estadual de Vitória enfrenta, como tantas outras redes de ensino, problemas relacionados com a violência homofóbica/transfóbica, sendo tais ações afetam de sobremaneira os estudantes LGBTTTI nos quesitos de aprendizagem e sua sensação pertencimento ao grupo escolar, podendo muitas vezes culminar na evasão escolar desses alunos estigmatizados.

Ademais, insta frisar, que pelo temos conhecimento até o presente momento não há outros projetos de pesquisa em andamento com o mesmo objeto de estudo. Nesta banda, acreditamos na relevância desse estudo para as escolas e para a educação e também pensamos que pode ser mais uma contribuição para que se assegurem os direitos de todas as pessoas frequentarem e serem incluídas nas escolas, pois como foi dito anteriormente, o Plano Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo - PEE, bem como o Plano Nacional de Educação, se mantiveram inertes quanto ao combate à homofobia e transfobia.

2 Caminhos teóricos-metodológicos

Este projeto de Dissertação entrelaça as minhas experiências como estudante, mãe e profissional com as de diferentes praticantes cotidianos (CEARTEAU, 1994) que habitam às diversas redes de relações que pertencem.

Ao ingressar no Mestrado Profissional de Segurança Pública, e sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Regina Lopes Gomes, aprofundei as minhas leituras sobre violência de gênero, especificamente homofóbica e transfóbica, e posteriormente chegamos a um consenso de estudarmos o processo de constituição e reprodução dessas violências no ambiente escolar, e sua relação com as práticas docentes e com o currículo realizados no cotidiano, em articulação com os Projetos Nacional e Estadual de Educação.

Desta feita a metodologia que será utilizada, contará com a inserção desta mestranda no cotidiano da Escola Estadual Maria Ortiz, com seus alunos, professores e coordenadores. A Escola em referência foi escolhida, tendo em vista que a mesma abarca grande quantitativo de alunos de Ensino Médio, estando localizada na região central do Município de Vitória- Espírito Santo.

Não podemos negar que a escola faz parte da sociedade, a nossa percepção quanto a escolha do Método com o Cotidiano para realizar a referida pesquisa se justifica, pois, ao escutar os praticantes cotidianos, estaremos juntamente com eles subvertendo tais discursos, estando incumbidos com as demandas escolares do futuro e seus currículos, tendo como protagonistas os sujeitos que praticam a realidade (FERRAÇO, 2007).

Isso porque, acreditamos que é na escola que se pode fazer a efetiva profilaxia à discriminação homofóbica/transfóbica desde a sua origem, pautando-se por uma educação plural, subvertendo-se assim o diálogo hegemônico da heteronormatividade. Nesse sentido, assim já se manifestou Junqueira (2009):

Mesmo com todas as dificuldades, a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica (p.36)

Nessa direção, afirmamos com Longaray (2010) de que a inclusão de práticas curriculares que propiciem os debates quanto a pluralidade de gênero e sexual, pode ser uma estratégia para diminuição de violência, preconceitos, discriminação e estigmas que tanto afligem os estudantes LGBTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais).

Pretende-se ainda, entrevistar alguns Deputados Estaduais que votaram pela retirada da expressão gênero e orientação sexual do Plano Estadual de Educação, Lei nº 10.382 de 2015, para entender a motivação dessas remissões, pois *a priori* entendo que tal conduta reforça a discriminação homofóbica que tanto assola os estudantes LGBTTTI.

RESULTADOS

Primeiramente, neste momento se faz necessário distinguir os conceitos de homofobia e transfobia, haja vista que é comum o sentido de tais serem confundidos pelo sendo comum.

A homofobia é a atitude de hostilidade contra homossexuais, bissexuais e lésbicas. Apesar da ideia inicial de que a homofobia se trata de uma rejeição impensada, ou ainda, o ódio contra gays, lésbicas e bissexuais, ela não pode ser conceituada simplesmente desta forma. Da mesma forma que o racismo, antissemitismo, xenofobia e misoginia, a homofobia é uma manifestação despótica que enquadra o outro como inferior, anormal, devido a sua orientação sexual (BORRILLO, 2001).

Assim, como explica Dias (2014, p.91), a homofobia:

Pode ser definida como hostilidade geral – psicológica e social – contra quem, supostamente, sente desejo ou tem práticas sexuais com indivíduos do mesmo sexo. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita todos os que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. É uma construção ideológica que hierarquiza sexualidades.

Neste sentido, a homofobia é a intolerância direcionada àqueles indivíduos que possuem, supostamente, uma orientação sexual divergente da heterossexual. A orientação sexual, está ligada a atração sexual de cada pessoa, ou seja, tem como referência o gênero pelo qual uma pessoa se sente atraída sexualmente ou afetivamente (DIAS, 2014).

Já a transfobia, consiste no preconceito e/ou discriminação em razão da identidade de gênero de pessoas transgêneros, travestis e transexuais (DE JESUS. 2012). Sendo que identidade de gênero pode ser compreendida como a forma que indivíduo se reconhece como homem, mulher ou ambos, sendo que tal conceito não tem qualquer relação com a anatomia da pessoa ou com seus órgãos genitais (DIAS, 2014).

A homofobia e a transfobia podem se manifestar de diversas formas, recaindo sobre os indivíduos considerados “anormais”, através dos discursos culturais heteronormativos. A situação descrita não é diferente, durante a trajetória escolar das crianças e adolescentes, pois os estudantes que escapam ao nexo compreensível do gênero, ou seja, seus corpos não coadunam com a “normalidade” social, que prevê um conjunto de arsenais multifariamente (JUNQUEIRA, 2009) relacionados e ordenados entre sexo biológico, gênero e sexualidade (BUTLER, 2003), são estigmatizados, marginalizados e muitas vezes desumanizados, passando a serem alvos fáceis das discriminações no âmbito escolar, assim como bem disse Guacira Lopes Louro (2004):

os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (p. 27)

Desta maneira, defende-se que é de suma importância a inserção de proposições que colaborem para a introdução dos temas de diversidade de gênero e orientação sexual nos currículos pedagógicos, bem como a inclusão e a continuação de estudantes na escola, cuja orientação sexual destoa da heterossexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela situação exposta, fica cristalina a imperiosidade de se discutir a homossexualidade e a transexualidade na educação, pois como foi dito anteriormente, o Plano Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo - PEE, bem como o Plano Nacional de Educação, se mantiveram inertes quanto ao combate à homofobia e transfobia.

A retirada do Plano Nacional e Estadual de Educação do Espírito Santo das expressões “diversidade de gênero” e “orientação sexual” nada mais é do que mais uma forma de reproduzir os processos de constituição de violências dentro do ambiente escolar.

A escola, como universo de *espaço-tempo* de vidas (ALVES, 2001) é o ambiente propício para debate desses diversos temas e questões, a fim de atender as “exigências do momento histórico e as demandas do futuro”, assim como sustenta o próprio PEE. A mudança curricular não é fundamentação vazia, “é uma discussão necessária de ser feita, de tempos em tempos, quando a escola se indaga acerca da pertinência dos conteúdos que ensina” (SEFFNER, 2009).

Somente o acesso à educação não basta, é urgente que promovamos práticas inclusivas na educação que dialoguem com uma filosofia da diferença, ou seja, através da inclusão daqueles que sempre estiveram marginalizados e fora das preocupações pedagógicas ortodoxas, os quais incluem estudantes gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, intersexuais.

Assim, estaremos construindo um ambiente escolar que paute por um espaço público democrático, e como desdobramento, contribuindo para formação de sujeitos que respeitem às diferenças, os quais enxerguem o outro como legítimo, possibilitando ainda cooperar para o enfrentamento da violência homofóbica e transfóbica nos cotidianos escolares.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, p. 13-38, 2001.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (ed. or.: 1990).
- CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- DE JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2012.
- DIAS, Maria Berenice. Homoafetividade e os Direitos LGBTI. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- DO PRADO, Vagner Matias; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Homofobia e educação sexual na escola-Percepções de homossexuais no ensino médio. Retratos da Escola, v. 9, n. 16, p. 137-152, 2015.
- ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. Lei n. 10.282, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo – PEE/ES, período 2015/2025. Disponível em <http://www.al.es.gov.br/novo_portal/>. Acesso em: 26.fev.2016.
- ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei PL n. 234/2015. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE/ES período 2015/2025. Disponível em <<http://www3.al.es.gov.br/ales/producao-legislativa.aspx?tip=&num=234&ano=2015>>. Acesso em: 26.fev. 2016.
- FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisa com o cotidiano. Educação & Sociedade, v. 28, n. 98, p. 73-95, 2007.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Secad/MEC, 2009.
- LONGARAY, Deise Azevedo. “Eu já beijei um menino e não gostei, aí beijei uma menina e me senti bem”: um estudo das narrativas de adolescentes sobre homofobia, diversidade sexual e de gênero. 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1. ed.: 1997).
- SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.